

Comunistas avaliam resultado eleitoral do Partido

Javier Alfaya



Da esquerda para a direita: Sérgio Miranda, Ignácio Arruda, Vanessa Graziottin, João Amazonas, Jandira Feghali, Agnelo Queiroz, Aldo Rebelo e Haroldo Lima

Na reunião do Comitê Central, foi feita avaliação dos resultados eleitorais obtidos pelos candidatos comunistas. O PCdoB elegeu 7 deputados federais, 10 deputados estaduais, 2 suplentes de senadores e 1 vice-governador. O Partido também posicionou alguns candidatos em boas suplências. O resultado negativo de maior consequência para o Partido foi o recuo da bancada federal

Página 5

A Classe Operária



PROLETÁRIOS
DE TODOS OS
PAÍSES, UNI-VOS

R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

Ampliar a unidade para enfrentar FHC

O Comitê Central do PCdoB aprovou resolução política onde propõe a reorganização da frente oposicionista, o apoio ao Fórum dos Governadores de Oposição, a reorganização do Bloco Parlamentar de Oposição e a consolidação e ampliação do Fórum dos Movimentos Sociais. Na opinião dos comunistas, para enfrentar a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso "a unidade das esquerdas deve ser consolidada e ampliada ainda mais, agregando forças do centro"

Leia a íntegra da resolução na
Página 3



Governo impõe recessão econômica

O deputado federal Aldo Arantes (PCdoB-GO) analisa o pacote fiscal enviado por Fernando Henrique ao Congresso.

Para o deputado, a política governamental "favorece aos banqueiros e aos investidores estrangeiros. Não mexe no principal, que são os juros, e também não mexe nas grandes fortunas, na remessa de lucros,

nas viagens internacionais e no câmbio defasado".

Segundo Aldo Arantes, há outra saída para o país: "Ela parte da necessidade da adoção de um novo modelo econômico que coloque como objetivo primeiro a retomada do crescimento econômico, a geração de empregos e o mercado interno"

Página 6



Criar um movimento em defesa do Brasil

O vice-presidente do Partido, Renato Rabelo, analisa a conjuntura política pós-eleição indicando que "é mais do que nunca premente romper com a passividade, lutar contra o sentimento de impotência e fatalismo que ainda perpassa por vastas camadas da

população, desmascarar e mostrar os verdadeiros intentos do governo FHC, a dimensão da crise que vive o país e a sua responsabilidade por isso - e quem ganha e quem perde com ela"

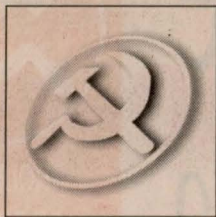
Páginas 4 e 5

Estudantes rejeitam política de desmonte da Universidade

Estudantes aprovaram ampla oposição a FHC no Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base) da UNE. O encontro, que ocorreu em Minas no final de novembro, contou com a participação de 1.300 estudantes, foi o maior

pudiou a política de cortes do governo na educação. A diretoria da UNE vai encaminhar o plano de lutas que foi apresentado de forma consensual para a plenária das entidades de base

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Página 7



O Comitê Central do PCdoB realizou sua 5ª Reunião Plenária de 20 a 22 de novembro, em São Paulo, com a participação de convidados. Foram feitos informes especiais sobre a conjuntura e questões partidárias. Ocorreram mais de 50 intervenções

Resoluções da 5ª reunião do Comitê Central sobre a construção partidária em 1999

Quanto à Organização

1 - Elaborar um plano com slogan, medidas e metas sobre o crescimento e fortalecimento da organização do Partido que contenha entre outros aspectos:

- Reforço e ampliação dos Comitês Municipais e Distritais tendo como base os 993 municípios onde o Partido obteve no mínimo 30 votos na eleição de deputado federal em 98;

- Filiação de 17 mil novos membros ao Partido, sendo 10 mil até maio;

- Prosseguimento do recadastramento de todos os filiados objetivando atingir até junho 35 mil cadastros.

2 - Encaminhar este plano para todos os Estados e orientar os Comitês Estaduais do Partido para que imediatamente elaborem planos de construção partidária tendo em conta as maiores empresas, os bairros mais populares e as escolas mais importantes dos principais municípios de seus Estados.

3 - Realizar, de acordo com o Estatuto, Conferências Estaduais em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, durante o mês de julho de 1999, processo esse que vem das Assembléias de Base e das Conferências Municipais.

Quanto à Formação

1 - Fazer de 1999 ano de formação intensiva das direções intermediárias, cabendo ao Comitê Central e à Comissão Nacional de Formação a mobilização de todos os Comitês Estaduais para, num esforço comum, cumprir esse

objetivo. Nesse sentido serão realizados Cursos Intensivos e Sessões de Estudos.

2 - Trabalhar para acumular as condições para o maior desenvolvimento do trabalho de formação através de um curso anual para quadros políticos dirigentes, o apoio ao trabalho de formação das frentes de massas e de um curso em vídeo para a base militante do Partido.

3 - Para dar os passos necessários nesse rumo realizar 3 reuniões nacionais de responsáveis por formação: dias 12 e 13 de dezembro em São Paulo reunindo RS, SC, PR, SP, RJ, MG, ES, BA, GO e DF e fixando outras datas para a região Norte (Manaus) e para região Nordeste (Fortaleza).

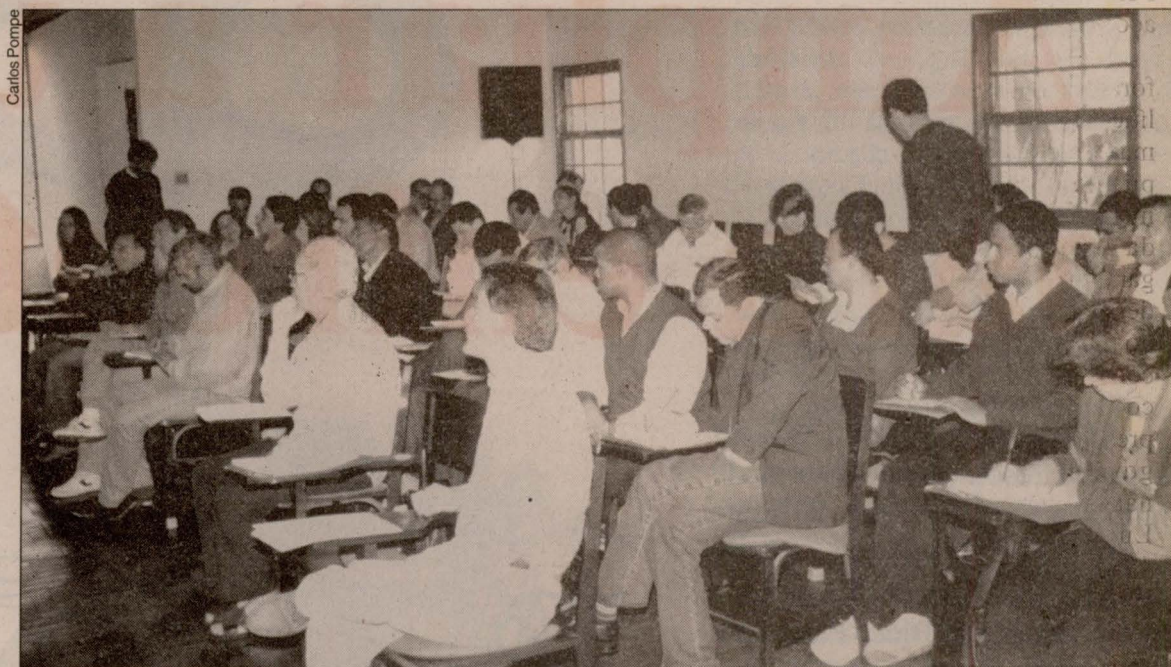
Quanto às Finanças

1 - Ampliar o número de participantes do sistema de contribuição militante de 402 para 3.853, incorporando 1.150 novos contribuintes por mês, nos próximos 3 meses. Para isso será necessário um engajamento direto dos membros do Comitê Central.

2 - Todos os novos membros do Partido incorporados na nova campanha de filiações devem optar por uma das formas de contribuição, enviando os dados para a Secretaria de Finanças para a elaboração do respectivo carnê.

3 - Implementar, onde for possível, o desconto em folha para o sistema de contribuição permanente.

4 - Estabelecer um conjunto de normas que padronizem e sistematizem as relações entre o Comitê Central e a bancada de deputados federa-



A reunião contou com a presença dos membros do Comitê Central e convidados

rais, os membros do Partido que nos Estados cumpram tarefas em cargos de Comissões, Confiança, Assessoria.

5 - Organizar a arrecadação de uma alíquota de contribuição ao Partido de todos os que, por indicação do Partido, participem de cargos em governos.

6 - Realizar a 1ª Festa do Partido e escolher a Comissão de Coordenação da Festa.

7 - Lançar uma campanha de arrecadação de fundos para as eleições municipais de 2000.

Quanto à Propaganda

1 - Preparar o Partido para elaborar com ARTE e CRIATIVIDADE os programas - e inserções de 30 segundos - nacionais e estaduais de TV e rádio, direcionando-os também no sentido da afirmação e do crescimento partidário.

2 - Financiar e ampliar o trabalho de elaboração e dis-

tribuição do jornal A Classe Operária e da revista Princípios, com ênfase para as assinaturas.

3 - Desenvolver Campanha Nacional institucional para marcar a identidade marxista revolucionária do PCdoB.

4 - Comemorar as datas históricas importantes da luta popular no Brasil - como a Revolução Praieira e a Revolta dos Alfaiates - com debates, atos e seminários.

5 - Estimular o coletivo partidário a ir às massas com pichações, cartazes e folhetos no sentido de intervir no quadro político e social atual. Para

isso as seções de Agitação e Propaganda dos Comitês do Partido jogam um papel fundamental.

6 - Divulgar sistematicamente o Programa Socialista do PCdoB.

Quanto aos aspectos teóricos da construção partidária

Realizar no mês de abril o Seminário Nacional sobre a construção partidária conforme orientação do 9º Congresso.

São Paulo, 22 de novembro de 1998

Comitê Central do PCdoB

A participação do PCdoB em governos estaduais

Tendo presente que o PCdoB apoiou, nas eleições de 1998, 9 governadores eleitos e seguindo a sua linha política de ampliação e fortalecimento de alianças no campo democrático e progressista, o Comitê Central resolve que o Partido poderá participar das administrações estaduais através de seus representantes, obedecendo aos seguintes critérios:

1) O PCdoB participará em governos eleitos com seu apoio com base numa plataforma comum;

2) A participação pressupõe a preservação e o fortale-

cimento da identidade e independência do Partido;

3) A ação política e administrativa do PCdoB nos governos deve resultar em benefícios para os trabalhadores, com a adoção de políticas e soluções progressistas para os problemas da população;

4) A participação em governos estaduais e municipais não poderá, em nenhuma circunstância, implicar no esvaziamento de quadros do núcleo da direção partidária.

Nos casos em que seja o presidente do Partido o indicado a assumir cargo de confiança em governos Estadual

e Municipal, este deverá se licenciar da Presidência, salvo autorização em contrário do Comitê Central;

5) Os representantes do PCdoB em governos estaduais devem prestar contas de sua atuação aos Comitês do Partido.

A participação do PCdoB nos Executivos deve contribuir para fortalecer a unidade política das forças populares e democráticas, responder aos seus anseios e estimular as suas lutas.

São Paulo, 22 de novembro de 1998

Comitê Central do PCdoB

Mensagens dos governadores

Ilmo. Sr João Amazonas, presidente Nacional do PCdoB
Agradeço a mensagem e o inestimável apoio. Na certeza de que nesta nova etapa de desafio e trabalho precisamos de todos os que acreditam na democracia e lutam por ela, envio um cordial abraço.

Mário Covas - Governador do Estado de São Paulo

Ilmo. Sr João Amazonas, presidente Nacional do PCdoB
Agradeço os votos de sucesso e a grande participação do PCdoB na nossa vitória.

Governador eleito Anthony Garotinho

Ilmo. Sr João Amazonas, presidente Nacional do PCdoB
Agradeço sensibilizado a manifestação recebida por ocasião da minha vitória na eleição.

Itamar Franco - Governador eleito do Estado de Minas Gerais

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) Estagiária: Gabriela Mendonça. Edição Eletrônica: Sandra Luiz Alves - Administração: Francyrose de Andrade Matarazzo. Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3104 4140 PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Resolução Política da 5ª Reunião Plenária do Comitê Central do PCdoB

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil realizou, de 18 a 20 de novembro, sua 5ª Reunião Plenária, em São Paulo, com a participação de convidados, para analisar a situação política brasileira após as eleições de outubro. Foram aprovadas estas avaliações e propostas:

1. As eleições deste ano foram a maior campanha política do país desde 1989. Para manter o poder, as elites impuseram a reeleição – que mostrou ser um uso abusivo da máquina do Estado para garantir o continuísmo do poder. Contudo, os votos brancos, nulos ou a abstenção constituíram mais de um terço do total apurado. Isso representou uma derrota para o governo. A votação de Fernando Henrique caiu, e a de Lula cresceu em relação a 1994.

2. As oposições obtiveram avanços nas eleições estaduais. Seis governadores oposicionistas foram vencedores, alguns em Estados fundamentais, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além do ex-presidente Itamar Franco, em Minas. Em São Paulo, o apoio da esquerda garantiu a reeleição do governador Covas. O PMDB governista sofreu grave revés, com as derrotas de Íris Resende, em Goiás; Jader Barbalho, no Pará; e Antônio Britto, no Rio Grande do Sul. No Legislativo houve um ligeiro crescimento da oposição, das esquerdas.

3. A criação da frente de esquerda foi acontecimento fundamental no processo eleitoral. O PCdoB teve participação destacada na sua formação. Lula desenvolveu ampla e combativa campanha – é de se destacar seu grande empenho durante todo o processo eleitoral. A oposição deu o tom da campanha, despontando como força organizada e colocando em discussão a crise e as conseqüências desastrosas da política de FHC.

4. A aliança governista começa a apresentar sinais de fragilidade. O governo é levado a reafirmar sua política, sob controle direto do FMI, que não vai superar a crise, mas circundar o colapso iminente. O país está caindo em processo depressivo de difícil reversão. No interior do próprio partido de Fernando Henrique vão se delineando diferenças de posição quanto à orientação econômica a ser seguida.

5. Depois das eleições apresenta-se uma situação que vai mostrando seus contornos, com o aprofundamento da crise econômico-financeira e o início de um esgarçamento da base de apoio



Amazonas, Arantes e Eron Bezerra dirigem os trabalhos

governista, gerando instabilidade que leva a um quadro de crise política, o ressurgimento das forças centristas com um discurso crítico ao governo FHC e as possibilidades de ampliação da frente oposicionista.

6. A unidade das esquerdas deve ser consolidada e ampliada ainda mais, agregando forças do centro. Nem a esquerda, nem o “centro”, isoladamente, reúnem forças suficientes para derrotar a coalizão governamental. O úni-

co caminho viável para a oposição deve ser o da composição de uma coalizão de centro-esquerda contra o neoliberalismo. É possível concertar acordos visando a construção de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, de ampliação democrática e por um plano de emergência nacional, constante da retomada do desenvolvimento acelerado, do aumento da produção, da criação de empregos, do aumento da renda e do consumo e, conseqüentemen-

te, de maior arrecadação de impostos.

7. O governo tenta quebrar a unidade construída, apresentando-se disposto a estabelecer um “diálogo construtivo”. Mas qual o teor desse diálogo? Facilitar a implantação das medidas anti-sociais e anti-populares? O que o governo pretende é a adesão ao seu projeto, um “diálogo construtivo” para impor o neoliberalismo. Não se trata de diálogo, e sim de capitulação.

8. Diante desse novo quadro o PCdoB propõe:

1º - Reorganizar a frente oposicionista. A unidade da oposição numa frente integrada não apenas pelos partidos, mas também por personalidades da vida política, social e cultural do país. Outras correntes de oposição estão despontando e precisam ser levadas em conta. A plataforma desse movimento pode ter como ponto de partida o conjunto de propostas programáticas e de medidas de emergência apresentados pela União do Povo e por outros setores da sociedade. É preciso um novo rumo para o Brasil.

2º - Apoiar o Fórum dos Governadores de Oposição,

estabelecendo ações comuns em defesa dos interesses nacionais e populares e na luta contra a quebra do pacto federativo.

3º - Reorganizar o Bloco Parlamentar de Oposição no Congresso, mais amplo, para enfrentar as ofensivas do governo e garantir a aprovação de propostas que reforcem a democratização do país e defendam os interesses dos trabalhadores e do povo. O bloco oposicionista adquiriu importante papel na luta oposicionista na Câmara e no Senado.

4º - Estimular a consolidação e ampliação do Fórum dos Movimentos Sociais, envolvendo a Central Única dos Trabalhadores e outras organizações sindicais, as entidades estudantis (União Nacional dos Estudantes, União Brasileira de Estudantes Secundaristas), as organizações comunitárias, anti-racistas, feministas etc. A mobilização social, ampla e unitária joga papel decisivo na edificação de um poderoso movimento oposicionista.

São Paulo, 20 de novembro de 1998

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

FHC já apanha antes da posse

Luís Carlos Antero

O governo FHC pode ser derrotado. Foi o que demonstrou uma sessão do Congresso realizada no dia 2 de dezembro, e presidida pelo senador Antônio Carlos Magalhães (que faz questão de afirmar que manda no presidente e na República).

ACM assinalou o enterro da medida provisória que tentava pela quinta vez na atual legislatura impor o desconto para os aposentados e pensionistas da Previdência Social, elevando a taxa dos servidores da ativa. De “chapéu na mão” diante do FMI e às voltas com a mais complicada trama em sua base de apoio desde que assumiu a Presidência da República, em 1995, Fernando Henrique sofre a primeira derrota numérica explícita no Parlamento: 205 votos de senadores e deputados contra 187, mais sete abstenções em maioria simples. Estiveram ausentes 195 membros da Câmara e do Senado.

Na seqüência de votações que marcaram a persistência do governo em liquidar conquistas nacionais e sociais do povo brasileiro, no período 1995-98, prevaleceu o quó-

rum regimental para efetuar mudanças na Constituição: com três quintos dos senadores, em duas sessões da Câmara e duas do Senado, tudo foi possível. Contudo, as difíceis negociações com os parlamentares e partidos da base governista impediram em alguns momentos que este perfil de votação fosse atingido e o governo sofreu derrotas inesperadas com seqüelas prejudiciais às suas metas neoliberais. Em momento algum o governo teve tantos votos contrários, tão poucos votos subordinados e tantas ausências.

A insatisfação que acompanha uma efervescente disputa pelo controle da máquina governamental no próximo mandato, envolvendo PFL, PMDB e PSDB, em especial, fragiliza as posições de FHC no Congresso.

FHC ameaçou os parlamentares com cortes em suas emendas orçamentárias, governadores e prefeitos com mais arrocho e anunciou a reapresentação da emenda logo no início de 1999, no período da convocação extraordinária. O comentarista Franklin Martins diagnosticou a derrota como fruto da arrogância e da ganância de



Oposição comemora a derrota do governo

FHC, que tentou tributar de um só golpe os servidores da ativa, inativos e pensionistas.

Mais polêmica em janeiro

O Congresso estará reunido a partir de 4 de janeiro em convocação extraordinária, com uma agenda que deverá estar recheada de temas polêmicos como a medida provisória derrotada. A pauta provável inclui, além do Orçamento Geral da União (OGU), da Reforma Tributária e da CPME, temas de interesse direto dos sindicalistas, a exemplo da propo-

posta de emenda constitucional que pretende extinguir a unicidade sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho, e da regulamentação da Reforma Administrativa, que pretende mudar o regime de emprego no setor público, quebrando o regime jurídico único e instituindo a contratação pela CLT.

São temas que repercutirão profundamente no movimento sindical e popular e na vida concreta dos trabalhadores, indicando a necessidade de uma poderosa mobilização com boas chances de sucesso.

A conjuntura política – tendências e desafios

Renato Rabelo*

O resultado das urnas não foi de todo favorável para o governo. As oposições registraram avanços no segundo turno para os governos de Estado. Um “terceiro turno” vai mostrando seus contornos, com o aprofundamento da crise econômico-financeira, o início de um esgarçamento da base de apoio governista, gerando instabilidade que leva a um quadro de crise política, o ressurgimento das forças centristas com um discurso crítico ao governo FHC e as possibilidades de ampliação da frente oposicionista.

Eleições 98: aberto o caminho para crescimento da oposição

Para usar uma imagem de Dickens – os resultados das urnas configuram o “melhor” e o “pior” dos mundos para as distintas forças envolvidas. É preciso localizar tendências e resultantes nesse quadro contraditório. A coalizão de centro-direita que apoiou a reeleição alcançou esse objetivo – nos marcos de uma eleição truncada – já no primeiro turno e consolidou suas posições no Congresso. FHC teve uma queda na proporção dos votos válidos, entre 1994 e 1998 de 54,3% para 53,1%. Lula passou de 27% para 31,7% dos votos válidos. Votos bancos, nulos e abstenção fizeram a maioria; a votação real de Fernando Henrique caiu, a de Lula cresceu.

Por outro lado, na disputa dos governos estaduais, após o resultado do segundo turno, a aliança fernandohenriquista se enfraqueceu e abriu caminho para o fortalecimento da esquerda. O PSDB passou do governo de metade da população brasileira, em 1994, para apenas um terço agora (e o Estado de São Paulo, sozinho, responde por quase dois terços deste total). As forças que apoiaram a reeleição de Fernando Henrique (PFL, PSDB e PPB) saíram do pleito governando 60% da população brasileira, 3% abaixo do seu desempenho na eleição anterior. A vitória do PSDB em São Paulo, com Mário Covas, deveu-se ao apoio decisivo do eleitorado de esquerda no segundo turno, para evitar que o Estado ficasse sob o comando de Maluf.

Já o “centro” – considerando-se principalmente as campanhas de Ciro Gomes e Itamar Franco – ressurgiu com

um perfil oposicionista mais definido nas disputas para presidente e governos estaduais chaves.

Os partidos de esquerda passaram a governar 18% da população (contra 15% em 1994). O PSB perdeu as eleições em Pernambuco e o PT perdeu no Distrito Federal, mas a oposição dobrou o número de Estados que administrará. A oposição de esquerda venceu em seis Estados, com destaque para o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro.

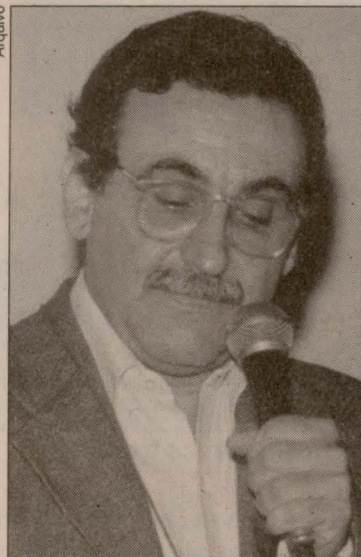
No Legislativo não houve uma mudança de correlação de forças. Os partidos governistas continuam fazendo a maioria dos parlamentares, mas sua bancada diminuiu de 396 deputados, em 1994, para 381 nestas eleições e de 69 senadores para 68.

Tendo em vista o desenvolvimento desse plano de forças, pode-se distinguir que, a despeito do resultado eleitoral ter assegurado a continuidade do projeto hegemônico – gestado a partir da vitória da aliança eleitoral encabeçada por Fernando Henrique em 1994 –, essa aliança já começa a apresentar sinais de fragilidade e o seu projeto se desgasta crescentemente. Para a oposição, os resultados das eleições indicam que nem a esquerda, nem o “centro”, isoladamente, no estágio atual da luta política, reúnem forças suficientes para derrotar a coalizão governamental.

Quadro de crise política

Diante desses resultados e tendo em conta a evolução da crise econômico-financeira que vive o país, constata-se o surgimento de um novo quadro político. Quadro que pode ser comparado, na seqüência pós-eleitoral, a um “terceiro turno”, que se caracteriza pela crise política que atinge o governo FHC. O segundo mandato de Fernando Henrique já estará prenhe de ingrediente demolidor do primeiro, que se encerra. O cenário atual parece ser o de final de governo.

No fundo do cenário delineia-se o crescimento da crise do sistema capitalista “globalizado” e seu impacto na crise em curso no Brasil – que já atinge a maioria da nação. Esta realidade se reflete numa crise da própria concepção neoliberal, neste final de década. Em consequência, compondo a frente do cenário, um governo que é levado por sua lógica a reafirmar uma política superada, agora sob con-



Renato: “movimento cívico”

trole direto do FMI, que não vai superar a crise, mas circundar o colapso iminente como nos ciclos passados. O resultado imediato é que o país cai em processo depressivo de difícil reversão.

Há outro fator agravante: a frente dominante que vinha se mantendo em torno da perspectiva da reeleição vai se esgarçando. Mesmo o dossiê Cayman e o escândalo das privatizações das teles, são utilizados como barganhas e ocupação de espaços entre as forças que integram a coligação governista. No núcleo de sustentação do governo, composto pelo PSDB e PFL, germina a cisão. No interior do próprio partido de Fernando Henrique vão se delineando diferenças de posição quanto à orientação econômica a ser seguida.

Diante do declínio do paradigma neoliberal ocorre no PSDB e em áreas afins – à semelhança do que acontece em partidos social-democratas europeus – o surgimento de uma corrente que sustenta a idéia de uma “terceira via”. Na realidade, essa tendência defende a instauração de um neoliberalismo moderado ou mitigado, procurando “equilibrar” liberalismo com intervenção estatal, monetarismo com desenvolvimentismo.

Completando esse quadro adverso à estabilidade política do governo FHC, destaca-se o aumento do poder da tendência pró-independência do PMDB em relação ao governo. Isso resultou da conquista do governo de Minas por Itamar Franco e das derrotas eleitorais de Jader Barbalho, Íris Rezende e Antônio Britto, da ala governista, em seus respectivos Estados.

Fernando Henrique passa o seu tempo, como nunca, juntando o que, cada vez mais, se separa. Ele perde qua-

dro, está envolto em meio a disputas sórdidas e a divergências que se consolidam. Suas tentativas de tréguas passam inevitavelmente pela concessão de maiores nacos de poder aos vorazes contendores de sua base, os quais visam a conquista da Presidência em 2002 para suas respectivas facções.

A crise em andamento não tem a resposta que possa superá-la. As iniciativas do governo FHC constam de reedição de medidas recorrentes, que adiam o colapso imediato, provocam recessão. O nível das contradições e disputas no seio do governo se eleva ainda mais. Esta situação agrava a instabilidade do quadro sócio-econômico do país, gestando uma crise política cujo desenlace pode gerar ainda maiores perdas e sacrifícios para a maioria da população.

Ganhar a confiança da maioria para um novo rumo

As crises, como num processo de decantação física de uma mistura, permitem revelar os componentes políticos em jogo e separar com mais nitidez os verdadeiros interesses em disputa. O agravamento da realidade política, econômica e social vai desnudando a natureza do governo FHC e expondo os recônditos interesses dos partidos e facções que o sustentam. Transparece, por trás do engano e do disfarce, convenientemente concertados pelo cortejo de seus acólitos, que o governo FHC sempre procurou ocultar o sentido de sua política de submissão externa, a sua conduta que combina autoritarismo, politicagem, corrupção e fraude, a sua responsabilidade pelo tormento da tragédia social. É preciso sublinhar

que essas “virtudes”, devidamente encobertas, são originárias da essência mesma do estado neoliberal em formação, sendo este, instrumento direto de adequação da economia e das instituições políticas ao capital monopolista financeiro.

O governo aciona toda sua rede de colaboradores “chapa branca” para fazer o povo “aceitar o sacrifício” em troca de um eventual futuro de bonança. A elite dominante brasileira sempre repetiu essa prédica surrada de primeiro o “sacrifício” e depois a “distribuição” dos frutos do desenvolvimento. A boa intenção dessa gente tornou o Brasil campeão mundial de desigualdade social.

Neste último trimestre do ano instalou-se “tecnicamente” a recessão. Não somente as organizações sindicais e populares, mas também os empresários prevêm forte tensão social no início de 1999, gerada pelo crescente desemprego. Chega-se ao limite de uma política que, para resguardar os interesses dos rentistas financeiros, restringe-se profundamente o crescimento da produção, do emprego, da renda, do consumo. O governo, semelhante a um jogador já enormemente endividado, desesperado nos últimos lances do jogo, aposta o país, tornando-o mais vulnerável a novas rodadas de turbulência financeira. Ele liquida cinicamente os direitos dos trabalhadores, perseguindo, segundo sua lógica neoliberal, o desmonte do sistema alcançado pelas conquistas sociais e civilizatórias no Brasil. Corta impiedosamente verbas indispensáveis à saúde, saneamento, educação, moradia, anula o limitado programa de renda mínima, em um



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Condições subhumanas no trabalho: faltam até talheres...



país que já vive verdadeira tragédia social. Cresce o número de famílias que são tangidas para o caos.

O governo FHC chafurda no pântano da politicagem rasteira. Desconhece a fronteira entre o público e o privado. Sobre ele se avolumam as suspeições acerca do processo de privatização, feito a toque de caixa. O governo usa todas as artimanhas para impedir que a sociedade comece a tomar conhecimento do que realmente acontece por trás dos rumorosos negócios das privatizações. No passado recente, por muito menos do que hoje já veio à luz, foram constituídas CPIs que jogaram importante papel para o desenvolvimento democrático do Brasil.

Criação de movimento de defesa do Brasil

Para as forças oposicionistas e populares, é mais do que nunca premente romper com a passividade, lutar contra o sentimento de impotência e fatalismo que ainda perpassa por vastas camadas da população, desmascarar e mostrar os verdadeiros intentos do governo FHC, a dimensão da

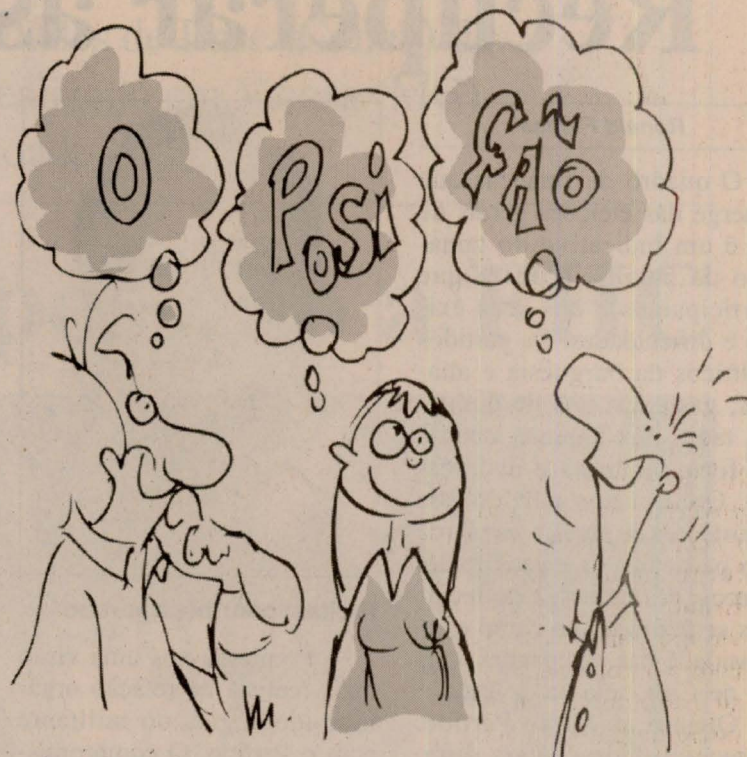
crise que vive o país, e a sua responsabilidade por isso – e quem ganha e quem perde com ela. A unidade construída no processo eleitoral pelos partidos de esquerda e a aproximação ao campo oposicionista das forças políticas de “centro” abrem espaços para o fortalecimento e ampliação da oposição. Levando em conta o quadro atual das forças políticas, o único caminho viável para a oposição parece ser o da composição de uma coalizão de centro-esquerda contra hegemônica.

É possível concertar acordos tomar iniciativas visando a construção de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, de ampliação democrática e por um plano de emergência nacional, constante da retomada do desenvolvimento acelerado, do aumento da produção, da criação de empregos, do aumento da renda e do consumo e, conseqüentemente, de maior arrecadação de impostos. A composição nacional de um movimento dessa envergadura pode contar com a adesão dos trabalhadores, dos deserdados, das camadas médias da sociedade e até dos empresá-

rios interessados na defesa do país.

A plataforma desse movimento pode ter como ponto de partida o conjunto de propostas programáticas e de medidas de emergência apresentadas pela União do Povo na campanha à Presidência da República encabeçada por Lula e por outros setores da sociedade. O objetivo de um movimento nacional desse porte deve ser, em última análise, o de mostrar à população que não basta uma simples correção de rumo, mas é preciso um **novo rumo** para o Brasil. Somente assim pode-se aglutinar amplas forças no sentido de uma perspectiva conseqüente.

Além disso, é necessário reforçar e esender a área de ação do Fórum dos Movimentos Sindicais, Populares e da Cidadania, com a realização de seu 2º Seminário Nacional. A mobilização social, ampla e unitária joga papel decisivo na edificação de um poderoso movimento oposicionista. Também, iniciativa valiosa que deve ser impulsionada, está relacionada com a criação do fórum dos governadores de oposição, que pode se



estender na luta contra a quebra do pacto federativo. Torna-se imprescindível recompor e ampliar com novas forças, na nova legislatura, o bloco oposicionista que foi constituído neste ano na Câmara e no Senado e que adquiriu importante papel na luta oposicionista.

A experiência política de-

monstra que não basta se apresentar uma alternativa viável de mudança. É preciso persistir no trabalho constante em todos os lugares, procurando ganhar a confiança da maioria do povo para um novo rumo – a crise pode se tornar o catalisador para essa virada.

* vice-presidente do PCdoB

Desempenho do PCdoB nas eleições de 1998

O desempenho da esquerda na Câmara dos Deputados foi positivo. Houve um crescimento real de 5,2% como conseqüência do aumento dos votos válidos de 25%, em 94, para 26,2% neste ano. A esquerda, porém, continuou com 115 parlamentares.

Nas Assembléias Legislativas houve um crescimento real de votos válidos da esquerda de mais de 6%, passando de 25% (12.793.630 votos), em 1994, para quase 27% (18.505.299 votos) em 98. Também o número de deputados estaduais de esquerda aumentou, de 245 (de um total de 1.045 em 94) para 255 (de um total de 1.059 em 98), representando um crescimento real de 2,68%.

O PCdoB elegeu o vice-governador do Estado do Piauí, em coligação com o PMDB, e suplentes de senador em São Paulo e Alagoas. Elegeu 7 deputados federais e 10 deputados estaduais. Com 37 candidatas, obteve um total de 869.270 votos, alcançando um índice de 1,304% dos votos válidos para a Câmara Federal, o que significa um crescimento real de 5,09% comparativamente ao índice de 1,241% dos válidos que obteve em 94. Com 101 candidatas, obteve um total de 639.677 votos para as Assembléias Legislativas. Alcançou 1% dos votos válidos em 8 Estados – DF, RS, GO, BA, AC, AM, PE e CE (em 94 alcançou 1% em 5 Estados).

O PCdoB elegeu 10 depu-



Inácio, Sérgio, Vanessa, Jandira, Agnelo, Haroldo e Aldo

tados federais em 1994. Entrou na disputa eleitoral de 98 com 9 deputados, em função da perda de um parlamentar no Rio de Janeiro. Assim, os 9 atuais deputados buscaram suas reeleições, sendo que apenas 6 conseguiram (Agnelo Queiroz, Aldo Rebelo, Jandira Feghali, Inácio Arruda, Haroldo Lima e Sérgio Miranda). A 7ª deputada eleita pela legenda do Partido foi Vanessa Graziotin, do Amazonas.

O PCdoB elegeu 8 deputados estaduais em 1994. Entrou na disputa eleitoral de 98 com 9 deputados, em função da deputada estadual Luciana Santos de Pernambuco ter assumido uma vaga em 97 e do deputado Sérgio Taboada não ter se candidatado à reeleição, afastando-se do mandato, sendo que Edvaldo Magalhães assumiu sua vaga, candidatando-se também à reeleição. Assim, os 9 atuais deputados também buscaram suas reeleições, sendo que 8 conseguiram (Jamil Murad, Nivaldo Santana,

Luciana Santos, Alice Portugal, Denise Carvalho, Eron Bezerra, Edvaldo Magalhães e Edmilson Valentim). A 9ª vaga eleita pela legenda do Partido foi a de Chico Lopes, no Ceará, e a 10ª vaga veio com Sandra Batista, do Pará. A única perda registrada, por 28 votos, foi a da deputada Jussara Cony que, entretanto, tem possibilidade de reassumir o mandato na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Dos objetivos traçados pelo Partido, não se alcançou o previsto para a Câmara dos Deputados, resultando um retrocesso de 30% do patamar alcançado em 94, e só atingiu parcialmente a indicação do 1% nos Estados. Quanto às metas, ficamos bastante aquém do fixado. Isso ocorreu por que na nossa previsão, em muitos casos, a chamada linha de corte ficou além da nossa expectativa. E o nível de competitividade no âmbito da frente de esquerda aumentou com o crescimento da votação no-

minal nessas eleições.

O Partido lançou uma segunda candidatura a deputado federal em apenas 4 Estados (RJ, CE, BA, SP). O Partido posicionou alguns candidatos em boas suplências: Aldo Arantes (GO, 1º suplente, onde elegemos 1); Socorro Gomes (PA, 1ª suplente, onde elegemos 3); Tânia Soares (SE, 1ª suplente, onde elegemos 2); Lia Kleine (SC, 2ª suplente, onde elegemos 4); Ricardo Gomyde (PR, 2º suplente, onde elegemos 3); Francilene Rodrigues (RR, 2ª suplente, onde elegemos 2); Eduardo Bonfim (AL, 3º suplente, onde elegemos 3).

O total de votos obtidos pelo Partido, de 869.270, compôs-se de 802.237 votos nominiais nos 37 federais lançados (o que significou um leve decréscimo de 1,30% em relação aos nominiais de 94) e 66.943 votos de legenda (um aumento real de 369,55% em relação aos votos de legenda de 94).

A votação do PCdoB cresceu 55,9% em termos absolutos, sendo 5,09% acima do crescimento do eleitorado. O aumento relativo da votação da esquerda entre 94 e 98 situou-se em 5,2%. Dos 30 Partidos que concorreram às eleições em 98, o PCdoB manteve-se na 11ª posição enquanto Partido de expressão nacional, de um total de 18 que elegeram deputados federais.

Em relação a 94 o Partido obteve um aumento real de 45,15% da sua votação total (com 639.677 votos) para as

Assembléias Legislativas. Posicionou-se na 15ª colocação nacional entre 23 que conseguiram eleger deputados estaduais, ganhando uma posição.

No que se refere à reversão de expectativa das metas eleitorais, deve-se considerar as particularidades das eleições de 98, com forte queda de votos nulos e brancos e elevação da votação nominal, contribuindo decisivamente para a elevação da linha de corte e do quociente eleitoral nas eleições para deputados federais e estaduais. O quociente cresceu em 24 das 27 unidades da Federação, em índices que variaram de 9% a 56%.

O resultado negativo de maior conseqüência para o projeto político partidário foi o recuo na Câmara Federal. Revela uma realidade na qual se deve concentrar atenção. Primeiro, o Partido não conseguiu acompanhar o nível de competitividade no âmbito da disputa eleitoral com os 3 Partidos de esquerda (PT, PDT e PSB) em todos os Estados do Sul, uma parte do Nordeste, Centro Oeste e Norte. Segundo, num sentido mais amplo, o PCdoB ainda conta com estreito número de lideranças enraizadas em maiores bases eleitorais ou conta com mais extensa camada de “voto de opinião”. Terceiro, as limitações que se relacionam com a organização partidária, número de militantes e capacidade de mobilização de recursos.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Recuperar as receitas partidárias

Ronald Freitas*

O quadro de finanças que emerge das eleições gerais de 98 é um indicativo do tamanho da batalha política que participamos e dos seus êxitos e dificuldades. Os partidos políticos da burguesia e aliados, gastaram rios de dinheiro, tanto diretamente, quanto de forma indireta e disfarçada. Quanto aos partidos de oposição em geral e esquerda em particular os gastos foram parcos, e a escassez de recursos se fez notar no ritmo e intensidade das campanhas, seja na de Ciro, seja na de Lula.

Quanto ao nosso Partido, essa realidade é mais dura. Nossas condições financeiras durante essa campanha foram precárias e a falta de recursos, salvo honrosas exceções, se fez sentir não só no ritmo e desempenho partidário, mas no próprio resultado obtido.

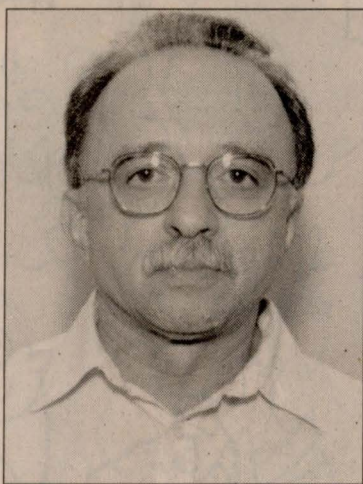
Reflexos do resultado eleitoral

A eleição de uma banca de sete deputados federais terá um reflexo imediato em nossa arrecadação.

A situação das Finanças do Comitê Central, particularmente de seus órgãos executivos, é de uma diminuição de receita, que nos abriga a dois movimentos simultâneos. De um lado, uma rigorosa política de contenção de gastos. De outro lado, desenvolvermos uma enérgica política de arrecadar fundos, ampliar e diversificar fontes de receitas e, com grande destaque, encarar a questão de finanças como uma das prioridades centrais do Partido, com a dimensão política que merece, e com a visão de que, se não construímos uma base material capaz de atender os gastos básicos de funcionamento político do Partido e dos seus organismos dirigentes, boa parte de nossas expectativas políticas, por mais justa e até brilhantes, não passarão de quimeras.

No momento é recuperar receitas, para que possamos atender as demandas políticas que a sociedade nos impõe. Para isso é necessário nos lançarmos em caráter de emergência na intensificação da implantação do sistema de Contribuição Permanente, que entra em sua segunda fase, além de desenvolvermos outras atividades que diversifiquem nossas fontes de recursos.

A) Sistema Permanente de Contribuição do Militante
A implantação desse sistema desencadeou-se após o 9º Congresso do Partido, mais exatamente em 10/11/97 e está no seu começo. Nesse primeiro ano, entre outros, teve o mérito de colocar na prática o problema para todo o Partido.



Freitas: controle rigoroso

– Propiciou-nos uma visão mais realista da relação orgânico-ideológica do militante com o Partido. O compromisso do membro com o Partido se dá fundamentalmente na esfera política, mas ele não vê o Partido como um ente social que necessita de ser construído e mantido por seus membros, o vê como uma instituição provedora de meios para a realização das atividades políticas desses membros, e não vê o Partido como uma instituição que necessita ser provida de recursos para poder funcionar. É possível que nessa visão do militante comum, e mesmo de muitos dirigentes, esteja uma transposição mecânica do modo de ser dos partidos das classes

dominantes, no Brasil de hoje. Sem dúvida isso é um indicador de nossas fragilidades ideológicas.

Para a continuidade da implantação do Sistema estamos emitindo novos carnês e também estamos entrando em contato com aqueles que contribuem de outra maneira para que mantenham suas contribuições.

Estamos enviando o carnê e colocando outras opções de contribuição para:

– os dirigentes do Partido em todos os níveis, dos distritais ao Comitê Central, conforme cadastro da Comissão Nacional de Organização.

– membros do Partido, que não são de nenhum nível de direção, mas já contribuem.

– membros do Partido que os Comitês Estaduais nos enviaram a relação de nomes.

Isso significa que a partir da próxima semana já iniciaremos o envio pelo correio de 3.853 carnês de contribuição, que desencadeará um novo momento na implantação do Sistema Permanente de Contribuição do Militante. Para preparar esse lançamento, já foi enviado, há mais de quinze dias, para todos os Estados, a relação nominal dos dirigentes partidários, com os respectivos endereços, para que em cada Estado

seja desencadeada uma campanha de mobilização desses dirigentes, para que eles passem a contribuir a partir de dezembro de 1998. O objetivo que propomos a esse Comitê Central é que no prazo de 90 dias, a partir de 1º de dezembro, os 3.853 membros do Partido, tenham sido contactados e mobilizados, para virem a contribuir financeiramente com o Partido. Sendo para isso a participação de cada um dos membros do Comitê Central é imprescindível, apoiando e implementando essa resolução nos Estados onde esses dirigentes atuam ou na frente que dirigem.

B) Estamos, em conjunto com a Comissão de Organização, realizando estudos e levantamentos que nos levem a estabelecer com a nossa bancada federal eleita um conjunto de normas que padronizem e sistematizem as relações entre a Direção Nacional e a bancada.

C) Propomos a realização de um evento político-artístico-cultural, com o fito de marcar a presença do Partido de forma ampla junto à sociedade, e angariar fundos financeiros para nossas atividades. Pensamos na realização de um evento que se inspirando em festas congêneres de partidos como o francês, o português,

o chileno, seja realizado de acordo com as nossas condições e circunstâncias. Significando isso realizar um evento, mesmo que de porte médio ou pequeno, que exija poucos investimentos e que seja o primeiro de uma série, que anualmente na mesma data se repita, e tenha como função ser o detonador de um processo que se transforme em uma tradição partidária. Propomos a esse Comitê Central, que escolha uma Coordenação Geral de festa, que deverá estruturar uma Coordenação Executiva, e que terá por tarefa a realização da festa até maio de 99.

D) Estruturar e lançar uma Campanha de Arrecadação de Fundos para as Eleições de 2000, tendo como objetivo rompermos com o espontaneísmo e voluntarismo nessa matéria. A sua organização ficará a cargo da Comissão Nacional de Finanças e se realizará entre junho e dezembro de 99.

E) Manter em dia e com rigor tudo que diz respeito ao Controle Legal Contábil das Contas Partidárias, mormente a respeito de prazos para a apresentação das Prestações de Contas, sejam das eleições, sejam as partidárias.

*Tesoureiro do PCdoB

Pacote fiscal vai aprofundar recessão

Aldo Arantes*

Finalmente foi fechado o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional – FMI. A “ajuda internacional” será de US\$ 41,5 bilhões e terá como objetivo garantir pagamentos de débitos internacionais, em torno de US\$ 60 bilhões, que o Brasil terá que saldar a partir do próximo ano.

O acordo impôs ao Brasil uma política econômica recessiva e a prestação periódica de contas perante este organismo internacional. O governo brasileiro apresentou o Pacote Fiscal como o caminho do saneamento das finanças públicas e aceitou não impor restrições às importações. Isso significa abrir mão de instrumentos importantes de defesa de sua economia para dar garantias aos exportadores estrangeiros.

O acordo resultou da erosão das reservas de divisas que, em apenas três meses, caíram US\$ 30 bilhões em decorrência da saída de dólares do país. Para tentar conter esta avalanche de saída de dólares, o governo aumentou em aproximadamente 150% as taxas de juros.

Os cortes de gastos do governo contidos no orçamento representariam uma economia de R\$ 8,6 bilhões. A área da saúde teve um corte de R\$1 bilhão. A educação perdeu R\$

574 milhões e da reforma agrária R\$ 513 milhões, quase 50% dos recursos destinados a ela. Com as reformas previdenciária e administrativa, isto é, com os cortes de direitos dos aposentados e servidores públicos, prevê-se uma economia de R\$ 3,5 bilhões.

A raiz do nosso déficit está nas altas taxas de juros, uma das mais altas do mundo, e em nossas dívidas interna e externa, que produzem um volume de juros cujo pagamento mensal alcança R\$ 6 bilhões.

Com uma dívida interna em torno de R\$ 400 bilhões teremos que pagar juros de R\$ 72 bilhões no próximo ano.

A privatização de 56 empresas estatais rendeu para os cofres públicos US\$ 36,9 bilhões, ou seja, pouco mais da metade dos recursos necessários para saldar os juros do próximo ano.

Diante de toda esta evidência, o que leva o ministro Malan a nem se referir aos juros quando anunciou o pacote? A questão de fundo é que esta política favorece aos banqueiros e aos investidores estrangeiros. Não mexe no principal, que são os juros, e também não mexe nas grandes fortunas, na remessa de lucros, nas viagens internacionais e no câmbio de fado.

O banco norte-americano

Morgan Stanley Dean Witter afirma que a economia brasileira terá uma retração de 7,5% do PIB no primeiro trimestre de 99, em relação ao mesmo período deste ano e prevê uma queda de 2% do PIB no próximo ano. O próprio governo admitiu uma queda de 1%.

Com juros e a política de abertura econômica, os custos de produção são elevados e o produto nacional não consegue competir com os importados. Isso leva ao desmonte do parque produtivo nacional.

Existe outra alternativa para enfrentar a crise

Em artigo publicado na década de 80 no livro *FMI X Brasil – Armadilha da Recessão*, o ministro Pedro Malan afirmava que “o FMI tem de ser criticado pelo fato de sua metodologia de trabalho induzir o país deficitário externamente a fazer recessão, mesmo que esta não seja necessária para a melhoria do balanço de pagamentos”. Parece que esta história de esquecer o que se escreveu no passado não é atitude somente do presidente, mas também de seus auxiliares.

O grande bode expiatório do pacote foram os gastos com a Previdência. De fato existem problemas com a Previdência. As dificuldades estão relacionadas com a redução das contribuições em decorrência do

desemprego, das dívidas de empresários, dos desvios de seus recursos para outros fins e da corrupção. Somente os cem maiores devedores do INSS devem US\$ 8 bilhões, um terço de todo recurso proveniente do pacote. Todavia o que o governo pretende é cortar gastos dos aposentados e caminhar para a privatização desta rentável área. Além de tudo isso o governo parte de uma premissa falsa de que a Previdência dos servidores públicos dever ser custeada unicamente por eles. Esta não é a regra da Previdência em nenhum lugar do mundo.

Há outra saída para o país? É evidente que sim. Ela parte da necessidade da adoção de um novo modelo econômico que coloque como objetivo primeiro a retomada do crescimento econômico, a geração de empregos e o mercado interno.

É evidente que este caminho, nas condições atuais, só é possível com uma renegociação soberana da dívida para que haja disponibilidade de recursos para investir na produção. O que não é aceitável é estrangular a economia brasileira, conduzir o povo à fome e ao desemprego.



Cerca de 1300 estudantes participaram, entre os dias 26 e 29 de novembro, do Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb) da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Viçosa (MG). Este foi o maior Coneb da história da entidade

Coneb da UNE aprova oposição a FHC

Participaram do Coneb 717 centros e diretórios acadêmicos (que representam os estudantes de cada curso).

O Coneb foi precedido por um seminário sobre os problemas e as perspectivas da universidade brasileira e debateu a conjuntura nacional e o movimento estudantil.

As entidades aprovaram medidas concretas de combate ao governo de FHC, a começar pelo ato em defesa da universidade pública, previsto para o próximo dia 10 de dezembro, em várias cidades brasileiras.

Os estudantes foram unânimes em reiterar o repúdio à política de cortes do governo, especialmente no que diz respeito à redução de bolsas para pesquisa e à ameaça de cobrança de mensalidades nas

universidades públicas.

O Coneb aprovou a luta pelo fortalecimento e ampliação do Fórum Trabalho, Terra e Cidadania, composto pela UNE, CUT, MST CNBB e partidos políticos de oposição e outras entidades, visando organizar ações conjuntas de resistência, a luta contra o pacote fiscal e denunciar as políticas neoliberais do governo FHC.

Algumas polêmicas marcaram as diferenças entre as diversas concepções existentes no movimento estudantil. Enquanto a UJS (União da Juventude Socialista), com a maior bancada no Coneb, defendia a universalização do acesso ao ensino público e gratuito e a manutenção do artigo 6º da Medida Provisória das Mensalidades que ga-

rante ao estudante o direito de estudar mesmo estando inadimplente, alas mais sectárias queriam o fim do concurso vestibular e do crédito educativo e a estatização das escolas particulares.

No ponto sobre movimento estudantil, esses mesmos setores jogaram confusão entre os delegados. Estava em pauta a regulamentação da eleição dos delegados ao Congresso da UNE nos congressos estaduais, aprovados no último Congresso da UNE, quando o bloco de oposição à diretoria da UNE defendeu "ad referendum" do próximo congresso que os congressos estaduais não elejam os delegados e obteve 364 votos contra 323. Ocorre que a soma desses votos, mais as abstenções e os delegados que estavam fora do plenário no momento da votação é maior do que o número de credenciados. A bancada da UJS pediu recon-



Ricardo Cappelli, presidente da UNE

tagem dos votos, identificando os delegados com base na lista de credenciados, suspeitando de que havia crachás falsificados. Isso não foi aceito pela oposição que acabou esvaziando a plenária e deixando o Coneb sem terminar.

Essa situação criou um impasse no que diz respeito à for-

ma de eleição dos delegados para o próximo congresso da UNE. "Vamos resolver esse impasse", diz o presidente da entidade, Ricardo Capelli.

A diretoria da UNE deve encaminhar o plano de lutas que foi apresentado de forma consensual para a plenária do Coneb.

Algumas propostas aprovadas:

CONJUNTURA

- Amplo movimento de oposição ao governo FHC, que lute pela mudança de rumo e por um novo projeto de desenvolvimento para o país.
- Contra o pacote de FHC.
- Não pagamento da dívida externa. Fora FMI.
- Interrupção do programa de privatizações; cancelamento das vendas da Vale do Rio Doce e do Sistema Telebrás.
- CPI já! Investigar a privatização do sistema Telebrás e as denúncias das costas Caymann.

UNIVERSIDADE

- Contra o corte de verbas da educação proposto pelo pacote fiscal de FHC. Aumento das verbas orçamentárias para a educação em 1999.
- Contra o corte nas bolsas do CNPq e Capes. Mais verbas e ampliação do número de bolsas.
- Não ao pagamento de mensalidades nas universidades públicas.
- Nenhum estudante fora da sala de aula por problemas de pagamento de mensalidade escolar. Manutenção do artigo 6º da Medida Provisória das Mensalidades.
- Ampliação do crédito educativo e revisão dos prazos para o seu pagamento.

Guilomar Prates



Delegados aprovam ampla oposição a FHC

Retrospectiva do movimento estudantil

O ano de 1998, em especial o primeiro semestre, foi marcado por importantes mobilizações do movimento estudantil e do movimento popular. Foi realizada uma grande jornada de lutas da UNE e da Ubes nos dias 31 de março, 1 e 2 de abril. Em todo o país, os estudantes foram às ruas denunciar a política de privatização das escolas e universidades públicas, solidarizando-se com os professores e funcionários da rede federal que entravam em greve. A mídia teve que dizer que, em alguns locais, as passeatas foram as maiores desde o Fora Collor.

O Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania realizou a marcha sobre Brasília, no dia 20 de maio, a principal manifestação contra a política neoliberal de FHC em 98. Ao lado da CUT e da

Contag, a UNE e a Ubes se destacaram levando a Brasília por volta de sete mil estudantes de todo o Brasil.

Devido ao boicote nacional e à anulação do "provão" em Belo Horizonte, dia 7 de junho, o ministro Paulo Renato reconheceu que o exame "sofreu uma perda irreparável". No segundo semestre, os secundaristas e os universitários combateram a polícia na manifestação contra a privatização da Telebrás, no Rio de Janeiro.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes, no dia 3 de dezembro lançou uma revista contando sua história e realizou um ato solene com vários ex-presidentes e personalidades para comemorar os 50 anos da sua fundação.

Depois de realizar um dos maiores Coneb's de sua his-

tória (veja matéria nesta edição), a União Nacional dos Estudantes - UNE prepara a I Bienal de Cultura para janeiro em Salvador.

O ano de 1999 promete ser de muita resistência. Os estudantes estão indignados e dispostos a ir à luta contra o fim da gratuidade, a "reforma" do ensino médio e o corte de verbas do pacote fiscal de FHC. Nas particulares a luta é contra a repressão aos inadimplentes, pela redução das mensalidades e pela ampliação do crédito educativo. Os pós-graduandos, liderados pela sua Associação Nacional, a ANPG, resistem ao corte dos investimentos em ciência e tecnologia. Vamos ter ainda a realização dos congressos da UNE, no primeiro semestre, e da Ubes e da ANPG, no segundo semestre do próximo ano.

R\$ 15,00
15 edições

Pagamento:

- cheque nominal
- dinheiro
- Cartão nº
- Validade
- Vale postal nº
- Depósito na conta
Agência 0251 - C/C 48676-7
Banco Itaú

ASSINE

A Classe
Operária



Rua Adoniram Barbosa, 53
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Tel. (011) 3104-4140

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Tel.: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

CDM

Profissão: _____
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Força que cresce!

Orlando Silva Jr.

Somos os jovens que assistimos a queda do campo socialista e ouvimos a estória do fim da história. Atuamos através da União da Juventude Socialista.

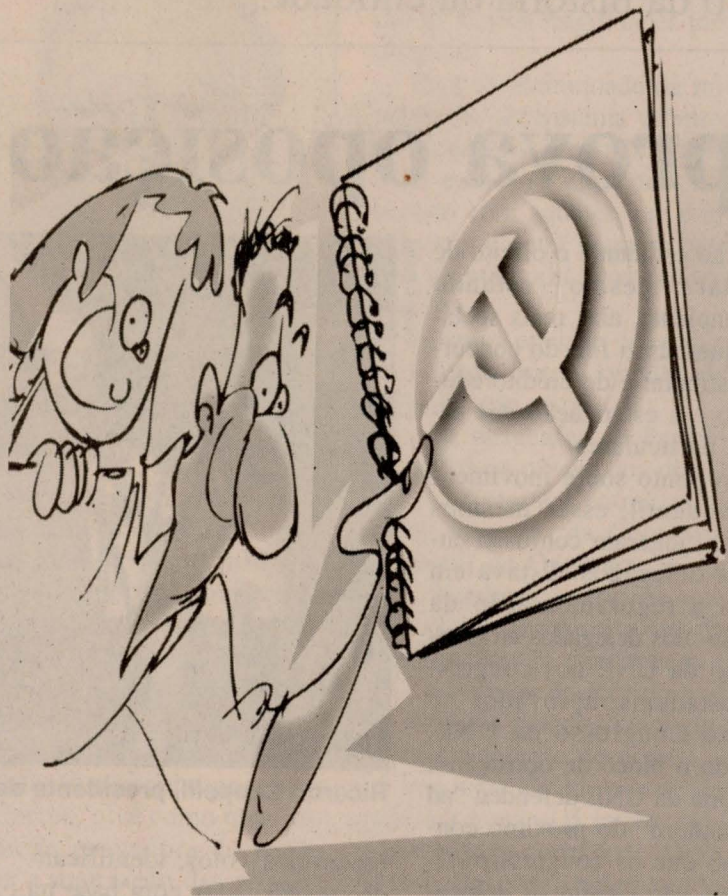
Sendo a principal força no movimento estudantil brasileiro, a UJS busca, permanentemente, renovar os seus objetivos.

Os estudantes tem uma grande tradição de luta no Brasil. A onda do *impeachment* fortaleceu a UNE e a Ubes, e criou condições para o crescimento organizativo desse movimento. É necessário, ainda, aproximar mais as entidades, dos estudantes. Ao mesmo tempo, qualificar o debate político, aprofundando a elaboração, a discussão e formando melhor as novas lideranças.

O 9º Congresso da UJS apontou a necessidade de construir um amplo movimento juvenil e socialista, reforçando a bandeira do emprego para a juventude como centro político de nossa atividade.

A campanha por emprego para juventude - batizada *Sem emprego não dá!* - teve início na campanha eleitoral, onde buscamos dar centralidade às nossas propostas para geração de emprego e renda para jovens. Passado o período eleitoral, fica a tarefa de efetivar nossas propostas nos governos que apoiamos.

A segunda fase da campanha *Sem emprego não dá!* vai priorizar a defesa da redução



da jornada de trabalho para estudantes-trabalhadores, sem redução de direitos. A redução da jornada é uma forma concreta de ampliação das vagas no mercado de trabalho e tanto as inovações técnicas quanto as mudanças no mundo do trabalho que potencializam a produtividade, facilitam sua implementação. Falta a pressão política.

A proposta ganhará a forma de um projeto de lei de iniciativa popular, constituindo-se em instrumento para nossa militância fazer política, passar em salas de aula, organizar shows de lançamento, mutirões de coleta de assinaturas, caravanas por bairros

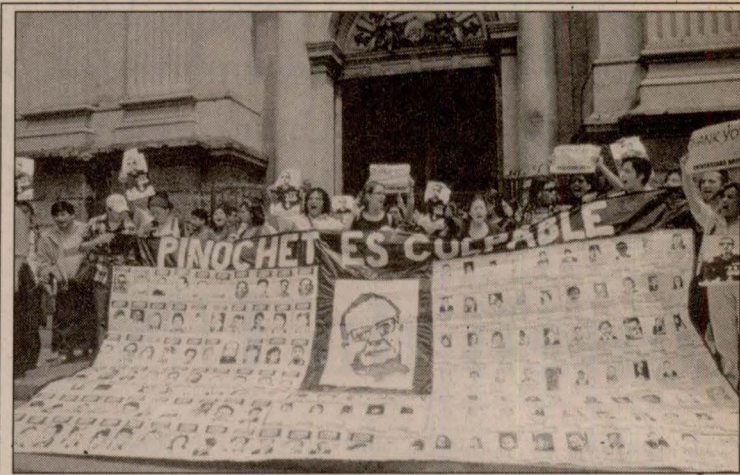
e cidades, entre outras iniciativas que nos colocarão em contato com milhares e milhares de jovens que querem uma ideologia para viver e não têm oportunidade de canalizar essa energia para mudanças na sua vida.

A campanha por emprego vai nos aproximar mais da juventude popular, permitindo uma articulação com outras formas de manifestação juvenil. Já em 98, realizamos em Belo Horizonte, o 2º Encontro da Juventude Negra e Favelada, nos aproximamos do movimento hip-hop e estamos preparando o Encontro de Jovens Trabalhadores Socialistas. São iniciativas para colocar a UJS no centro do movimento juvenil socialista.

A UJS, para se firmar como um espaço de vivência juvenil, precisa realizar mais atividades culturais, esportivas e de lazer, como festivais, debates, cursos, oficinas, shows, acampamentos, que podem ser utilizados, inclusive, como espaços de formação política e ideológica.

O corpo-a-corpo das eleições trouxe muitos jovens para a UJS, precisamos torná-los socialistas, envolvê-los na campanha *Sem emprego não dá!*, na defesa de um novo rumo para o país e na propaganda do socialismo como verdadeira e real alternativa para o futuro da juventude brasileira.

Até o início de março a União da Juventude Socialista-UJS concluiu a discussão sobre a sua política para o movimento estudantil, renovando assim seus objetivos políticos para contribuir mais na construção de um movimento estudantil unitário, de luta, plural e representativo.



Manifestação contra Pinochet, em Santiago do Chile

PC do Chile quer punição de Pinochet

A secretária geral do Partido Comunista do Chile, Gladys Marín, enviou ao PCdoB esta nota sobre os episódios que envolvem a prisão do ex-ditador, general Augusto Pinochet:

A prisão de Augusto Pinochet em Londres gerou uma crise política. Esta se aprofundou depois que a Câmara dos Lordes lhe negou a imunidade.

O fato de Pinochet ser condenado a ser processado por delitos de lesa humanidade é um passo significativo para terminar com a impunidade do ditador e dos que com ele cometeram graves violações de direitos humanos. Obteve-se uma enorme vitória graças aos povos do mundo e à perseverança dos chilenos, que jamais nos cansamos de lutar pela verdade e pela justiça.

Os tratados internacionais sobre os direitos humanos se impuseram. Foi dada a justa primazia à soberania da pessoa humana e não ao Estado ditatorial, que estabeleceu o terrorismo para torturar, fazer desaparecer e executar compatriotas.

O governo, a direita e o militarismo dizem que foi violada nossa soberania. Isto é absolutamente falso. A própria Constituição, implantada pela tirania, em seu artigo 5º, estabelece que "o exercício da soberania reconhece como limitação o respeito aos direitos que emanam da natureza humana". Não é nossa nação que está sendo julgada, mas sim o principal responsável de crimes contra a humanidade. Delitos que foram cometidos, inclusive, violando as fronteiras e a soberania de outros países.

Desejávamos que Pinochet fosse julgado no Chile. Por isso, em 12 de janeiro deste ano, apresentamos queixa crime contra ele na Corte de Apelações de Santiago.

A crise desencadeada deixou claro para a imensa maioria dos chilenos que o sucedido é consequência de que no Chile não se fez justiça, e não existe democracia resultante dos arranjos institucionais que a ditadura deixou. Ficou evidente que o

"pacto de transição" fracassou no propósito de dar-lhe uma forma de verdadeira democracia, que é uma tarefa pendente e que devemos conquistar. É hora do governo tomar nota desta situação e se orientar para superá-la.

Este deve ser o sentido de qualquer reflexão sobre o significado profundo do fato.

Para superar a crise e alcançar, em meio à adversidade, o reencontro dos chilenos, o Partido Comunista propõe realizar um grande Acordo Nacional Democrático. Dele devem fazer parte o governo, as instituições do Estado, os partidos políticos e as organizações sociais.

Propomos como base do Acordo Nacional os seguintes pontos:

a) Convocar um plebiscito que gere uma nova Constituição plenamente democrática que ponha fim aos senadores indicados e vitalícios, o direito tutelar das Forças Armadas e do Conselho de Segurança Nacional e uma radical modificação do Tribunal Constitucional;

b) Estabelecer um novo sistema eleitoral que assegure a representação proporcional de todos os setores, terminando com as exclusões e discriminações odiosas que são uma das piores heranças da ditadura;

c) Promulgar um novo Código do Trabalho que consagre o pleno respeito à organização sindical, à negociação coletiva e aos direitos dos trabalhadores;

d) Anular a Lei de Anista e julgar Pinochet no Chile, para o que o governo deveria fazer parte nas investigações do ministro Juan Guzmán e propor a modificação da Justiça Militar.

Ao formular estas propostas nós, comunistas, reiteramos nossa plena disposição de participar desta urgente reflexão nacional. O reencontro dos chilenos só se alcançará se formos capazes de construir uma sociedade verdadeiramente democrática na qual, em meio à diversidade, exista absoluto respeito aos direitos humanos e imperem a verdade e a justiça.

FIM DE ANO
com

Princípios Válida até 15/12/98

PREPARE-SE PARA O ANO QUE VEM AÍ.
Leia e participe da revista que está ao seu lado, de verdade.
Faça já sua assinatura ou renovação da Revista *Princípios!*

1

Por apenas R\$ 30,00* você assina *Princípios* e ainda recebe em casa 1 CD de músicas cubanas!

O CD faz parte da promoção para os 100 primeiros pedidos que chegarem na Editora. Aos seguintes, enviaremos uma bellissima camiseta promocional da Revista *Princípios*.

* com cheque pré datado para até 20/12/98.

PROMOÇÃO

Genialia Cubana
Gonzalo Rubalcaba

2

E por R\$ 45,00** você pode optar por receber:

A 1 assinatura (ou renovação) da *Princípios*
+ 1 camiseta promocional
+ 1 livro a sua escolha (ver relação na página 71 desta edição).

B ou: 1 assinatura (ou renovação)
+ 1 camiseta promocional
+ 5 edições anteriores da Revista.

** com 2 cheques para até 20/12/98 e 20/01/99

Para confirmar seu pedido, envie seus dados, o presente de seu gosto, mais a opção de assinatura (1 ou 2) e de pagamento desejados. Utilize o telefone, fax, carta ou e-mail.

FORMAS DE PAGAMENTO

CHEQUE NOMINAL à Editora e Livraria Anita Ltda.
Débito em C/C - ITAU Agência 0251 Conta n.º 48 678-3 (favor enviar comprovante)
Cartão CREDITCARD/DINERS ou VISA n.º

Validade do cartão (mês e ano)

Editora e Livraria Anita Ltda.
R. Mons. Passalacqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP - Fonefax: (011) 289 1331 - E-mail: livraria@anitagrbaloi.com.br

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Partido Comunista do Chile



Os trabalhadores e o movimento sindical tem pela frente o caminho da luta, enérgica e sem tréguas, em defesa do emprego e dos direitos sociais, contra o neoliberalismo. Aliado aos patrões, o governo pretende golpear duramente as organizações dos trabalhadores

Os desafios do movimento sindical

João Batista Lemos

Já faz alguns anos que o movimento sindical brasileiro vive uma situação difícil, sem maiores conquistas, encurralado pelo crescente desemprego e constringido à defensiva contra a política neoliberal imposta pelo governo FHC, em boa medida fundamentada na depreciação dos salários e redução dos direitos sociais. Um balanço das campanhas salariais realizadas no curso deste ano revelará um quadro desalentador, marcado por acordos medíocres e mesmo, em muitos casos, francamente desfavoráveis às categorias.

Embora o bom costume recomende votos de felicidade e prosperidade nesta época, é forçoso reconhecer que, para os trabalhadores, o pior ainda está por vir. Com a reeleição de FHC, a chamada segunda etapa das reformas neoliberais, num quadro de crise econômico-financeira global, tem em mira, principalmente, as conquistas obtidas pelos assalariados ao longo de décadas de lutas, no campo do direito trabalhista e, destacadamente, da organização sindical.

O Ano Novo vai começar sob o signo do desemprego. A ampliação da recessão econômica, decorrente da elevação das taxas de juros e dos acordos com o FMI (incluindo pacote fiscal), pode eliminar 2 milhões de postos de trabalho já no primeiro trimestre de 1999, conforme estimativas de alguns economistas. O facão já está cortando cabeças na indústria, mas o processo de demissões tende a se intensificar após o período de fim de ano, em que geralmente a demanda e a economia são aquecidas pelo pagamento de 13^{as} férias e festas.

Isto não é tudo. O flagelo do desemprego, na medida em que dificulta a mobilização e inibe a ação sindical, cria condições favoráveis à imposição de prejuízos ainda maiores aos trabalhadores. E é precisamente isto que o governo FHC planeja, com um pacote de medidas extremamente reacionário e nocivo aos interesses e à organização das categorias.

Nele, incluem-se iniciativas que precarizam ainda mais as condições e os contratos de trabalho – como a demissão “temporária” (pela qual o capital não paga um tostão), imposta arbitrariamente através de Medida Provisória, e a regulamentação da reforma da Previdência, que

vai achatar os valores dos benefícios (como pensões de viúvas) e privatizar o seguro-acidente, entre outras.

Com o objetivo de limpar a área, debilitando a organização dos trabalhadores e dificultando a resistência, o governo enviou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional draconiana, que acaba com a unicidade sindical, abrindo caminho à formação de sindicatos por empresa, restringe o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho e elimina inclusive, no prazo de um ano, todas as conquistas consagradas nos acordos coletivos. Em conjunto, o projeto de FHC significa um retrocesso secular, inédito, nas relações entre capital e trabalho. Uma ofensiva do gênero não encontra paralelo em nossa história. Nem mesmo a ditadura ousou tanto.

Resta aos trabalhadores e ao movimento sindical o caminho da luta, enérgica e sem tréguas, em defesa do emprego e dos direitos sociais, contra o neoliberalismo e o governo FHC. Uma ampla unidade, das bases às direções do movimento, é indispensável neste momento. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem de estar na linha de frente da resistência e não pode vacilar, a despeito das concepções da



Ato da CUT contra o desemprego em São Bernardo do Campo, em São Paulo

sua força majoritária (Articulação Sindical) sobre organização sindical.

A experiência recente indica que as batalhas isoladas das categorias não têm futuro nesta época. Chegou a hora de dar um passo adiante, deflagrar uma grande campanha de conscientização com o objetivo de politizar e elevar o nível das lutas visando barrar o pacote trabalhista do governo, preparar o espírito e o terreno para uma greve geral e enfren-

tamentos mais radicais. Este é o principal desafio do movimento sindical para 1999.

A vitoriosa greve dos portuários santistas revela que a disposição das massas para o confronto é bem mais vigorosa do que, em geral, se supõe. As lideranças (em particular, os comunistas) têm de se colocar à altura do sentimento das bases e dos desafios que a realidade impõe.

Outro bom exemplo de resistência aconteceu nesta se-

mana, em São Paulo. Em assembleia no dia 1^o de dezembro, os trabalhadores da Volkswagen de São Bernardo do Campo rejeitaram a proposta de abrir mão do reajuste de salários e da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e decidiram interromper negociações com a montadora. A decisão foi tomada com a presença de cerca de 19 mil empregados que negaram autorização ao Sindicato para negociar esses pontos.

Revitalizar o movimento popular

Vital Nolasco

No Brasil, o movimento popular tem ocupado um lugar de destaque na luta de massas. Nos momentos em que o movimento sindical não tinha condições de opor uma resistência mais contundente às classes dominantes, o movimento popular surgiu como um escoadouro das reivindicações e aspirações populares. Foi assim durante a ditadura militar quando surgiu o movimento contra a carestia, as ocupações, como a da fazenda de Itaipu, Centreville, Primeiro de Outubro, entre outros.

Destaque também para as lutas contra o aumento das tarifas de ônibus em São Luiz, Salvador, etc que se transformaram em verdadeiro levante popular. Há que se destacar o papel do movimento feminino na luta

pela anistia, como também a grande luta contra o desemprego que passou por fora das organizações institucionais. Destacamos também a importância do movimento estudantil e juvenil que jogou e tem jogado um grande papel na luta do nosso povo.

Neste momento de grande ofensiva do capital contra os trabalhadores, de aumento da exclusão social, marginalizando ainda mais grandes contingentes da população, como os negros, as mulheres, os sem-terra, os sem teto, em que o desemprego torna-se um impedimento real para a luta dos trabalhadores, enfraquecendo os sindicatos e as organizações operárias.

A fome está presente no cotidiano do nosso povo. Cresce a feminização da pobreza e o índice de trabalha-

dores na economia informal já ultrapassa 60% da população economicamente ativa. Diante desse quadro, os comunistas devem dar uma atenção toda especial ao chamado movimento popular. A questão da moradia é uma importante bandeira de luta se levarmos em conta a questão dos sem teto, dos inadimplentes do setor financeiro, dos alugueiros, etc.

Em São Paulo, ressurgiu o movimento de favelas com a aprovação da lei da vereadora Ana Martins (PCdoB/SP) que regulariza as mesmas. Realizou-se, também, em Belém, a Conferência de moradia, por iniciativa de Newton Miranda.

Diante desse quadro se apresenta com grande importância o próximo congresso da CONAN, em 99.

O movimento feminino, através da UBM, pode jogar

um papel destacado na mobilização de grandes contingentes de mulheres na luta pelos seus direitos, assim como o movimento negro, através da Unegro e sob a direção dos comunistas ocupará um importantíssimo papel na luta de resistência.

Com a diminuição dos recursos para a área social, a questão da saúde, bem como a educação poderão vir a ser importantes bandeiras de luta. Também estaremos atentos ao movimento pela reforma agrária, que passa pelos sindicatos e movimentos como o MST, MLT e outros.

Chamamos a atenção para o curso de formação dos comunistas que atuam no movimento popular que será realizado no final de janeiro de próximo ano.

Secretário de massas do PCdoB



FICHA DE LEITURA

Prefácio de “A dialética da natureza”

Friedrich Engels

Texto & Contexto

Este prefácio é a introdução a uma obra, que Engels pretendia escrever desde o início da década de 1870, e que deveria se intitular “A dialética da natureza”. Absorvido com as tarefas práticas da direção do movimento operário, e com a tarefa de concluir a edição de “O Capital” após a morte de Marx em 1883, Engels nunca conseguiu concluir seu projeto.

Os manuscritos preparatórios para a redação desta obra foram resgatados pelos bolcheviques soviéticos após a Revolução de Outubro de 1917, e publicados em russo e alemão em 1925, por iniciativa de Riazanov. A primeira edição inglesa só apareceu em 1939, com um prólogo de J.B.S. Haldane, grande cientista e marxista britânico.

No projeto desta obra, Engels tinha uma dupla preocupação: combater a influência do materialismo mecanicista e vulgar no movimento operário, especialmente alemão, e sistematizar a aplicação da dialética à natureza. Dialética que, como concepção e método, havia empregado com Marx na análise da sociedade, constituindo o materialismo histórico.

O Texto

Apesar de o prefácio ser um texto único, ele pode, para fins de leitura e estudo, ser dividido em duas partes:

- A primeira dedicada a mostrar como o desenvolvimento histórico das diversas ciências da natureza – no continente europeu, entre os séculos XV e XVIII – sugere o desenvolvimento histórico da própria natureza. Engels procura também inscrever o surgimento da ciência da sociedade, do materialismo histórico, no grande painel que desenhou da história da ciência. Esta é, sem dúvida, a parte mais forte do texto, que o credencia, por exemplo, para ainda ser estudado nos dias de hoje em cursos universitários de história da filosofia e história da ciência.

- A segunda, que pode começar na frase “Entretanto, tudo quanto é criado acaba perecendo”, é mais voltada para estudar o problema do desaparecimento da vida devido ao esfriamento do universo. Nesta parte Engels discute, com argumentos filosófica e cientificamente consistentes, um problema que, à época, recebia bastante atenção do público culto.

Alguns destaques da primeira parte do texto:

- A moderna investigação

da natureza data, como toda a história moderna, dessa época poderosa a que nós, os alemães, denominamos a *Reforma*, depois da desgraça nacional que, por sua causa, nos aconteceu, a que os franceses chamam de *Renascença* e os italianos de *Cinquecento*, época que nenhum desses nomes explica exatamente. (...) Foi essa a maior revolução progressista que a humanidade havia vivido até então, uma época que precisava de gigantes e, de fato, engendrou-os: gigantes em poder de pensamento, paixão, caráter, multilateralidade e sabedoria.

- *Faça um breve panorama dos aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e geográficos da época que Engels está comentando.*

- A investigação da natureza forneceu alguns mártires, levados à fogueira ou aos cárceres da Inquisição.

- *Você sabe que só recentemente o Vaticano ‘absolveu’ Galileu Galilei – Leia a sua biografia escrita pelo marxista italiano L. Geymonat (Editora Nova Fronteira). Você tem conhecimento da atuação da Inquisição no Brasil?*

- O ato revolucionário pelo qual a investigação da natureza declarou sua independência e repetiu, de certo modo, a queima de bulas papais, realizada por Lutero, foi a edição da obra imortal em que Copérnico, embora timidamente e já próximo da morte, lançou à autoridade eclesiástica sua luva de desafio a respeito das coisas da natureza. A partir desse ponto, as ciências naturais se emanciparam da teologia, ...

- *Quem foi Copérnico e qual o tema de sua obra?*

- A tarefa principal nesse primeiro período das ciências naturais, então iniciado, era o domínio das questões mais imediatas. (...) em primeiro lugar as ciências naturais mais elementares: a ciência dos corpos celestes e terrestres; e, ao lado dela, a seu serviço, a criação e o aperfeiçoamento dos métodos matemáticos. (...) Os demais ramos das ciências naturais ficaram muito distanciados do desenvolvimento fundamental daquelas outras.

- *Nóte que este campo do conhecimento pode ser englobado na ciência da mecânica, cujas bases foram assentadas por Isaac Newton.*

- O que caracteriza esse período é a elaboração de uma peculiar concepção de conjunto, cujo centro é constituído pela noção de *invariabilidade absoluta da natureza*. Fosse qual fosse o modo

pelo qual a natureza tivesse chegado a existir, uma vez passando a existir devia permanecer tal como era, enquanto existisse. (...) Em contraste com a história da humanidade, que se desenvolve no tempo, prescreveu-se à história natural um desenvolvimento apenas no espaço. Negava-se toda a modificação, todo o desenvolvimento na natureza.

- *Identifique no texto exemplos de concepções presentes na ciência da época que possam ilustrar a crítica feita por Engels.*

- A primeira brecha nessa concepção petrificada da Natureza foi aberta, não por um naturalista, mas por um filósofo... (...) A obra de Kant não encontrou eco imediato; só longos anos depois, Laplace e Herschel tiveram ocasião de aplicar sua doutrina, dando-lhe fundamentos mais detalhados e impondo, gradualmente, a hipótese da nebulosa.

- *Note que tais idéias desenvolvidas por Kant, Laplace e Herschel, estão hoje, no seu conteúdo científico concreto, ultrapassadas, mas a concepção geral desenvolvida por aqueles pensadores de um sistema solar, e de um universo que ‘se foi formando no transcurso do tempo’ está totalmente corroborada pela astronomia e cosmologia do século XX.*

[continua no próximo número]

PONHA EM DIA SEU ESTUDO

Com o *Prefácio à Dialética da Natureza*, chegamos ao terceiro texto da lista apresentada no nº 160 d’*A Classe*. O primeiro foi o *Manifesto do Partido Comunista* – Marx & Engels; o segundo, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* – Engels. Nos números 162 a 168 encontram-se fichas de leitura e artigos sobre a atualidade dessas obras. Procure organizar-se para estudá-las. Se precisar de algumas “dicas” para estudo individual, consulte o nº 161. Para sugestões, comentários, polemizações ou apresentação de dúvidas, entre em contato com a **Comissão Nacional de Formação**:

Fone: (011) 232-1622

Fax: (011) 3106-4104

E-mail:

pcdobcc@uol.com.br

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO 11

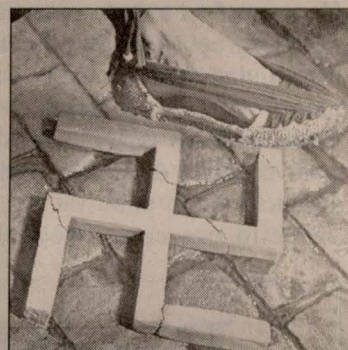
A ofensiva nazifascista

Bernardo Joffily

A maré revolucionária de 1917 refluíu em 1923. O único estado socialista que vingou foi o soviético (afora a Mongólia). O capitalismo estava longe de se afiançar. Em 1929 mergulhou na Grande Depressão, que foi até emendar com a II Guerra Mundial (1939-45): falências em massa, colapso no comércio, desemprego nunca visto. No entanto, a crise não teve uma saída pela esquerda. Ao contrário, prevaleceu a resposta de ultra-direita, o fascismo.

Nos anos 20-30 os regimes fascistas se alastram

O fascismo é o nome da corrente de Benito Mussolini, que se impôs na Itália em 1922-44 (o nome vem do italiano *fascio*, feixe). Em sentido mais amplo, designa toda a onda de extrema direita que se alastrou na Europa nos anos 20/30 – de Portugal de Salazar à Polônia do marechal Pilduski (e influenciou o Estado Novo no Brasil). Outra designação, *nazi-fascismo*, indica também a principal variante fascista, o nazismo, que triunfou na Alemanha em 1933 com a ascensão de Adolf Hitler.



Pere Catala / Per Valencia

Na origem, o fascismo italiano e o nazismo alemão foram movimentos de massas, até com algum parentesco com as esquerdas. Mas logo assumiram uma postura ultra-conservadora, embora com bases em especial nas camadas médias empobrecidas pela crise e nos trabalhadores desempregados e desorganizados. Toda a ala direita das classes dominantes europeias, assombrada pelo fantasma do comunismo, apostou no fascismo ou simplesmente aderiu a ele.

A ditadura mais terrorista do grande capital

Duas características definem o conteúdo do fascismo: o chauvinismo e o terrorismo.

O chauvinismo (de *Chauvin*, personificação, na França, do nacionalista fanático belicoso) explorava sentimentos nacionais, dando-lhes um sentido xenofóbico e com frequência racista. Expressa os interesses das burguesias europeias derrotadas na I Guerra Mundial – sobretudo a grande burguesia alemã.



O terrorismo se exprimia na pregação totalitária, antiparlamentar, anti-igualitária, antidemocrática. Não tolerava qualquer oposição e exigia cega obediência ao chefe (*duce* na Itália, *fuhrer* na Alemanha). Desde o início os nazifascistas declararam guerra ao comunismo, que consideravam seu pior inimigo. Incontáveis militantes foram encarcerados e assassinados. Na Alemanha, onde o Partido Comunista elegeu 100 deputados em 1932, Hitler logo que chegou ao governo montou uma farsa judicial para culpar o secretário-geral da III Internacional, o búlgaro George Dimitroff (1882-1949) pelo incêndio do *Reichstag* (parlamento). A farsa terminou em fiasco; Dimitroff, que fez sua própria defesa, foi libertado, mas a caça aos comunistas prosseguiu.

A política de frente da Internacional Comunista

O 7º Congresso da Internacional Comunista, (1935) traçou a linha geral para enfrentar essa ofensiva, sintetizada no informe de Dimitroff. A nova linha propunha a unidade antifascista. Preconizava a *frente única* (no seio da classe operária) e a *frente popular* (em plano mais) e o fim da fase de enfrentamento entre comunistas e socialdemocratas, que, ao cindir o movimento operário, facilitara a escalada fascista (caso da Alemanha).

Esta linha levou à vitória da esquerda na França, inspirou a heróica resistência da República Espanhola durante a Guerra Civil (vencida pelo fascista Franco) e repercutiu no Brasil, na formação da Aliança Nacional-Libertadora. Orientou a Resistência nos países ocupados pelo Eixo durante a II Guerra. E inclui elementos que até hoje devem ser levados em conta – por exemplo na resistência à ofensiva neoliberal, que em vários aspectos se assemelha à ofensiva nazifascista.



O governo norte-americano prega a derrubada do governo da Malásia como represália porque o país não se submete ao FMI. Na América Latina, partidos e organizações de esquerda reuniram-se e decidiram construir a unidade para melhor enfrentar o neoliberalismo

EUA promovem teatro de arrogância na Ásia

Umberto Martins

A reunião do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC, com 21 países membros), realizada nos dias 17 e 18 de novembro em Kuala Lumpur, capital da Malásia, foi cenário para um show de arrogância imperialista que não pode deixar de ser registrado e repudiado por quem preza o direito à soberania e autodeterminação dos povos. Na solenidade de abertura da cúpula, o vice-presidente dos EUA, Al Gore, fez uma pregação subversiva, conclamando o povo malaio a derrubar o governo do país anfitrião (liderado pelo primeiro-ministro Mahathir Mohamad) e libertar e reintegrar o ex-ministro das Finanças, Anwar Ibrahim, demitido sob acusação de corrupção e considerado um testa-de-ferro dos investidores americanos.

O chanceler da Malásia, Abdullah Badawi, classificou o pronunciamento de Al Gore como "uma grosseira interferência nos assuntos internos do país" e concluiu: "Os malaios não aceitam afavelmente o sermão hipócrita de nenhum estrangeiro, principalmente dos EUA, um país que notoriamente cometeu graves violações dos direitos humanos." Por seu turno, os lacaios do império (que infestam a nossa mídia) descreveram os gestos do vice-presidente como mais um capítulo de uma heróica jornada diplomática "em defesa da democracia e dos direitos humanos". Tal interpretação é apenas o invólucro cínico com que o marketing encobre os reais interesses da Casa Branca.

Rebeldia intolerável

Desde a eclosão da crise no sudeste asiático, no segundo semestre do ano passado, a Malásia (que conquistou sua independência em 1957 e tem hoje cerca de 20 milhões de habitantes) vem se comportando de forma rebelde e altaneira, com iniciativas francamente hostis ao imperialismo ianque. De início, responsabilizou especuladores estrangeiros encaixados pelo norte-americano George Soros pelo colapso do câmbio e das bolsas.

Depois disto, negou-se a assinar acordo com o FMI, rejeitou os conselhos recessivos dos Estados Unidos e, finalmente, em agosto (suprema heresia), impôs (nas palavras do jornalista Neet Cho-

wdhury, da revista *Fortune*) "draconianos controles" sobre o fluxo de capitais internacionais. O fato é que desde então, a Bolsa de Valores de Kuala Lumpur acumula ganhos superiores a 30%, o que vem aliviando a pressão das dívidas sobre as empresas e amenizando os efeitos da crise financeira sobre a economia.

Até o momento, a Malásia sofreu bem menos do que os países que fecharam acordo com o FMI - Indonésia, Coreia do Sul e Tailândia, mergulhados numa depressão econômica de fazer dó. Em contrapartida, atraiu a ira dos americanos, que não toleram rebeldia e pretendem manter, se preciso a ferro e fogo, a hegemonia econômica e política sobre a região.

Disfarçando constrangimentos

Analisando essa história e relacionando os fatos com mais paciência ver-se-á que as contradições em curso na Ásia - que constituem o pano de fundo do drama protagonizado por Al Gore - são bem mais abrangentes do que aparentam e envolvem atores mais poderosos, como o Japão.

No outono do ano passado, durante a reunião anual do FMI/Banco Mundial em Hong Kong, o governo norte-americano impediu a constituição de um fundo asiático para contornar a crise, proposto pelo Japão, e impôs sua própria solução, forçando alguns países a aplicar as receitas do FMI. Prometeu que a crise seria superada no prazo máximo de um ano, mas a vida não tardou a desmoralizar tal perspectiva e o fiasco certamente não contribuiu para reforçar o prestígio do império na região.

Contra os interesses dos EUA, a cúpula de Kuala Lumpur aprovou um pacote japonês de ajuda aos "emergentes" em crise, no valor de 30 bilhões de dólares. A idéia de um fundo asiático (sem EUA, sem FMI), derrotada no ano passado, vai se materializando com esta iniciativa nipônica, agora com o aval da APEC. Desta vez, a Casa Branca teve de engolir em seco.

Consta que os EUA tinham a intenção de monitorar o uso de tais recursos e inclusive chegaram a divulgar um plano (de socorro à Ásia) no mesmo valor com características semelhantes, insinuando que são seus patrocinadores. Só que dinheiro mesmo que é bom, nada.

Por isto, a manobra não surtiu efeito. Um funcionário do Ministério de Finanças do Japão teria argumentado que, afinal de contas, trata-se de "dinheiro dos contribuintes japoneses" e não ficaria bem se uma outra potência estrangeira determinasse quando, como e em que condições ele deveria ser usado.

Para maior desconforto dos ianques, acatando proposta do governo malaio o comunicado final da APEC sustenta que os ministros das Finanças devem "formular diretrizes apropriadas para a monitoração dos fluxos de capitais, entre eles os de curto prazo", o que, como se sabe, não se coaduna com os

princípios (ou será interesses?) do império. Os fatos sugerem que a arrogante e ruidosa "diplomacia de megafone", conforme definiu a primeira-ministra da Nova Zelândia, Jenny Shipley (referindo-se ao show de Al Gore), pode até funcionar para disfarçar constrangimentos, mas não faz muito sucesso.

Esquerda latino americana quer reforçar a unidade

Javier Alfaya

Realizou-se na capital do México, de 29 de outubro a 1º de novembro, o 8º Encontro do Fórum de São Paulo, reunindo partidos políticos de toda a América Latina e Caribe. Desta reunião participaram José Reinaldo de Carvalho, secretário de Relações Internacionais do PCdoB e Javier Alfaya, vereador do PCdoB, em Salvador.

O Fórum de São Paulo existe desde 1990, reúne-se anualmente e chama-se assim porque foi na capital paulista sua primeira reunião e local de fundação. O tema do encontro desse ano foi "A esquerda frente ao novo milênio". Participaram mais de 50 organizações políticas latino-americanas e caribenhãs e mais de 35 vindas da Europa, África e Ásia.

Foi um encontro representativo, que permitiu novas reflexões sobre as lutas nacionais e populares e a perspectiva das esquerdas diante do processo agressivo da globalização financeiro-econômica e do modelo neoliberal de governo.

A reunião foi influenciada pela necessidade de se articularem alternativas econômicas e políticas que permitam aos países de nossa América fazer frente ao neoliberalismo, verdadeiro desastre em termos sociais em todo o mundo e expressão ideológica/política da atual fase do sistema capitalista. Os partidos reunidos no Fórum constataram o processo crescente de resistência ao neoliberalismo, através das lutas sociais de massas e através dos resultados eleitorais positivos.

A composição do Fórum é de esquerda com uma variação ampla quanto às con-



cepções programáticas e de formas de atuação essencialmente institucional-eleitoral.

Apesar das diferenças, prevaleceu a unidade quanto à necessidade de se constituírem alternativas de governo e de organização da sociedade civil fortes o suficiente para frear a aplicação da receita governamental imposta pelas agências dos interesses das grandes corporações financeiras e industriais dos países capitalistas centrais, como são o FMI e o Banco Mundial. O encontro teve um tom claramente anti-imperialista.

O PCdoB participou regularmente do Fórum, assim como de outros encontros especificamente de partidos comunistas. Nosso partido tem defendido internacionalmente o fomento das relações bilaterais e multilaterais com outros partidos irmãos tanto em congressos como em outros encontros sem, no entanto, partir para a criação de estruturas internacionais de orientação ou comando centralizado.

O momento exige forte articulação dos partidos com suas respectivas bases sociais, ampliação de sua representatividade e amadurecimento político e teórico para irem formulando seu próprio caminho na luta pelo socialismo.

Nesta reunião,

defendeu que a esquerda deve se esforçar para se unir e aproximar de si outros setores, inclusive segmentos políticos que se desgarram das bases de governos vacilantes ou de orientação neoliberal.

Tanto o PCdoB como o PT exemplificaram esta linha com a própria experiência brasileira com a última chapa unitária de apoio a Lula e a aproximação de lideranças como Itamar Franco e de alguns governadores eleitos no segundo turno, constituindo uma linha de resistência à política mais agressivamente anti-popular e anti-nacional. Fenômenos como esse estão se dando no México, Argentina, El Salvador, Nicarágua, Venezuela, entre outros. No caso de El Salvador, Venezuela e México, haverá eleições presidenciais em 1999 e as perspectivas são muito positivas.

Esta linha mais combativa e ampla foi defendida pelos partidos de maior peso, como o Partido Comunista de Cuba, Frente Ampla do Uruguai, Partido da Revolução Democrática (México), a Frente Sandinista da Nicarágua, a FMNL de El Salvador e o PT, entre outros. Depois dos debates em plenária e grupos de trabalho (parlamentares, movimentos sociais, cristãos, juventude, mulheres, negociação de paz, empresários e indígenas), a Resolução Política e a Declaração do México foram aprovadas por unanimidade. O PCdoB pretende intensificar sua participação no Fórum e outras instâncias internacionais progressistas.

A política de ciência e tecnologia do segundo governo FHC

Olival Freire Júnior*

A julgar pelas medidas na área de ciência e tecnologia, adotadas no final deste primeiro governo FHC, as perspectivas para o seu segundo governo são sombrias. Na melhor hipótese atualmente poderia se falar de uma inexistência de política para o setor. No apagar das luzes do primeiro turno da disputa eleitoral, duas medidas atingiram fortemente as universidades e institutos de pesquisa. O presidente do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), José Galizia Tundisi, adotou a decisão de sustar a tramitação de quaisquer solicitações de bolsas e auxílios de pesquisa, levando à virtual paralisação da instituição, enquanto instruções administrativas do ministro da educação, Paulo Renato, bloquearam quaisquer despesas nas universidades federais, inclusive aquelas que seriam feitas com recursos próprios das universidades, recursos decorrentes de taxas e convênios. Para se avaliar a gravidade destas medidas diversos pesquisadores declararam que o presidente CNPq estava encerrando as atividades daquela agência e solicitaram a sua renúncia, diversas sociedades científicas, incluindo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), emitiram notas de protesto, entre as quais a "Carta de Maringá", atos foram realizados no Rio e São Paulo, enquanto a prestigiada revista científica britânica "Nature" publicou nota editorial externando sua preocupação com o futuro do sistema de pesquisa científica no Brasil.

Reagindo a estas diversas manifestações o governo procurou atenuar algumas destas medidas, realizando concessões parciais. Contudo, a divulgação da proposta de Orçamento para 1999, que não por acaso foi mantida em sigilo pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, até as vésperas do primeiro turno – tendo sido liberada para exame dos deputados findo o período de propaganda eleitoral – agravou tais preocupações porque os cortes orçamentários, se efetivados, levarão à asfixia da pesquisa. O corte anunciado no orçamento das agências federais de financiamento à pesquisa é da ordem de R\$ 240 milhões, significando um corte de 19%, mesmo percentual do corte do orçamento do Ministério da Ciência e Tec-

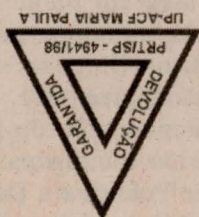
nologia, o qual não concentra todo o financiamento à pesquisa no Brasil. As autoridades federais procuraram atenuar o impacto destas revelações afirmando que os cortes não chegarão aos 240 milhões, mas sim a R\$ 169,8 milhões, e que bolsas não serão atingidas. A manipulação dos números não convenceu a comunidade científica, e, em 11 de novembro, reitores reunidos no II Encontro das Universidades Brasileiras de Pesquisa, em Belo Horizonte, protestaram contra qualquer corte na pesquisa, usando como forte argu-

mento o exemplo de países como a Coreia do Sul e o Japão que, mesmo no curso da presente crise econômica, tomaram a decisão de nada cortar em Ciência e Tecnologia, por considerarem este um setor estratégico para a própria saída da crise. A SBPC externou a preocupação com uma fuga de cérebros, pois o Brasil é o país da América Latina com maior número de cientistas, mas não pode remunerá-los adequadamente. O argumento da SBPC leva em conta dois exemplos recentes de fuga de cérebros: a vizi-

nha Argentina, na qual o arrocho salarial tem levado sistematicamente seus cientistas e professores universitários a procurarem trabalho em outros países, inclusive no Brasil, especialmente na região Sul, e a distante Rússia, que vive uma verdadeira diáspora dos talentos que formou ao longo de décadas. Esta diáspora teve destinos privilegiados, como a Europa e os Estados Unidos, mas o próprio Brasil vinha sendo um dos beneficiários, havendo atualmente cientistas oriundos da antiga União Soviética em quase todas as grandes universidades brasileiras.

A ameaça que paira hoje sobre o futuro do sistema de pesquisa brasileiro não se apresenta exclusivamente como uma questão social, de emprego e salários de cientistas e professores, ou como uma questão educacional, de sobrevivência ou não de universidades públicas, mas tem também a forte implicação de se tratar de uma ameaça que atinge a própria perspectiva de soberania do país. Este último aspecto foi fortemente realçado em simpósio realizado na Universidade de São Paulo para homenagear os 80 anos do físico brasileiro José Leite Lopes, que terminou por se converter em ato de protesto contra as decisões governamentais. O pronunciamento que talvez descreva melhor esta ameaça foi feito pelo físico Marcelo Damy, da primeira geração de físicos brasileiros, quando este lembrou a frase do físico dinamarquês e fundador da física atômica Niels Bohr: " povos sem ciência e tecnologia estão condenados a carregar água e lenha ". Ao que Damy acrescentou: e extrair minerais estratégicos para envio aos países desenvolvidos. No mesmo período, em evento com intelectuais e empresários no Rio – que passou quase despercebido pela imprensa – Fernando Henrique Cardoso, em verdadeiro ato falho, confessou a verdadeira política do seu governo para as universidades, a ciência e a tecnologia. Interpelado pelo historiador José Murilo de Carvalho sobre a falta de uma proposta clara para as universidades, Fernando Henrique disse, textualmente, que "dava a mão à palmatória nesse caso".

* Professor Doutor da Universidade Federal da Bahia e membro do Comitê Central do PCdoB



IMPRESSO

Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
CEP 01318-020 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 3104 4140



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Gróbs

